

# OS SELVAGENS DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: REPRESENTAÇÕES DE AFRICANOS E AMERICANOS NO IMAGINÁRIO OCIDENTAL DO SÉCULO XVIII E XIX\*

LOS SALVAJES DE LOS DOS LADOS DEL ATLÂNTICO: REPRESENTACIONES DE  
AFRICANOS Y AMERICANOS EN EL IMAGINARIO OCCIDENTAL DEL SIGLO XVIII Y XIX

SAVAGES FROM BOTH SIDES OF THE ATLANTIC: WESTERN REPRESENTATION OF  
AFRICANS AND AMERICANS OF THE EIGHTEENTH AND NINETEENTH

Isabel Naranjo \*\*

## Resumo

No intuito de fornecer uma dimensão histórica às categorias e denominações que ao longo do tempo têm sido concebidas e acionadas para se referir aos habitantes da África e da América, o presente artigo analisa o processo mediante o qual, representações que insistiram no carácter inferior da natureza e das populações de ambos os continentes, fruto de imagens distorcidas sobre as mesmas, se tornaram dominantes na definição que o mundo ocidental forjou sobre o Outro durante os séculos XVIII e XIX.

**Palavras chave:** Bárbaro / Civilizado / Novo Mundo

## Resumen

Con el propósito de conceder una dimensión histórica a las categorías y denominaciones que a lo largo del tiempo han sido concebidas y accionadas para referirse a los habitantes de África y de América, el presente artículo analiza el proceso mediante el cual, representaciones que insistieron en el carácter inferior de la naturaleza y de las poblaciones de ambos continentes, fruto de imágenes distorsionadas sobre las mismas, se tornaron dominantes en la definición que el mundo occidental forjó sobre el Otro durante los siglos XVIII y XIX.

**Palabras clave:** Bárbaro / Civilizado / Nuevo Mundo

## Abstract

In order to provide a historical dimension to the categories and designations that over time have been designed and operated to refer to the people of Africa and America, this article aims to analyze the process by which representations that emphasized the inferior nature and character of the people of both continents, the result of distorted images on them, became dominant in the Western world definition forged on the Other during the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries.

**Keywords:** Barbarian / Civilized / New World

[Recibido: 27/08/2015 – Aceptado: 16/10/2015]

---

\* Este artigo faz parte de uma tese doutoral realizada no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES) em dependência do Ministério de Educação da República Federativa do Brasil.

\*\* Licenciada en Historia por la Universidad Nacional de Colombia (sede Medellín), Magíster en Historia por la Universidad Nacional Autónoma de México y Doctora en Ciencias Sociales por el Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais de la Universidade de Brasília. Investigadora del Grupo de Estudios Comparados México, Caribe, América Central y Brasil (MeCACB) y miembro del programa de investigación "Políticas de desarrollo, sociedad, y cultura: México, América Central y el Caribe" de la Universidad de Brasília (UNB). Adscripta en la Cátedra de Historia de América II de la Escuela de Historia en la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba (UNC). Correo electrónico: [fitopirela@gmail.com](mailto:fitopirela@gmail.com)

## **Introdução**

Os seres fantásticos e por vezes monstruosos que povoavam as cabeças de gregos, etruscos, cartagineses e romanos da antiguidade, tomaram forma e habitação em terras africanas e posteriormente americanas. A “descoberta de Novos Mundos” desafiou as ideias sobre tudo o que era conhecido e deu margem para a reprodução de imagens distorcidas das paragens localizadas além do mar e das suas populações; descrições fantásticas que no seu empenho em se afirmar como verdades persistem desafiando o passo dos séculos. África e América em momentos diversos e distantes no tempo exerceram fascínio em viajantes, exploradores, missionários, militares, comerciantes e todos aqueles que lendo ou de ouvidas, conheceram os relatos fabulosos sobre estas terras. Foram narrativas carregadas de imagens muitas vezes embasadas da natureza, do clima e dos habitantes que por sua vez, compuseram um conjunto heterogêneo de interpretações tendenciosas.

Com o intuito de fornecer uma dimensão histórica às categorias e denominações que ao longo do tempo têm sido concebidas e acionadas para se referir aos habitantes da África e da América, o presente artigo pretende analisar o processo mediante o qual, representações que insistiram no carácter inferior da natureza e das populações de ambos os continentes, fruto de imagens distorcidas sobre as mesmas, se tornaram dominantes na definição que o mundo ocidental forjou sobre o Outro durante os séculos XVIII e XIX. Esperando contribuir na reflexão sobre os efeitos deste processo, arriscaremos um diálogo entre fontes históricas e formações conceituais que foram usadas por grupos humanos como instrumento de inferiorização e exclusão na tentativa de estabelecer as fronteiras entre a civilização e a barbárie.

## **A origem dos monstros**

Os olhares que foram lançados sobre os “Novos Mundos” pelo ocidente atenderam às preocupações de distintos atores em momentos específicos. É claro que para os navegantes europeus – na sua maioria portugueses — do século XV, a descrição precisa das costas do continente africano era a principal preocupação tal como foi apontado pelo historiador Alberto da Costa e Silva (2012, p. 12); já um viajante muçulmano atentar-se-á para o fato da prática da fé e da existência de mesquitas e o comerciante, seja este muçulmano ou não, valorizará as informações a respeito das formas de realizar transações comerciais nestas terras. Estes relatos também foram ricos em descrições sobre as roupas, comidas, vivendas, acidentes geográficos, ritos e hierarquias sociais ao mesmo tempo que alimentaram visões exóticas que de forma geral, conferiram aspectos bestiais aos homens e mulheres observados e descritos. O consumo de carne humana foi sem dúvida, a característica que definia por excelência africanos e americanos sob a pena de viajantes estrangeiros.

A referência às práticas antropofágicas entre os habitantes da África e da América esteve acompanhada, na maioria das vezes, de alusões ao caráter bestial dos seus praticantes. Dentes pontiagudos, traços simiescos, ausência da fala, formas grotescas foram comuns na hora de descrever estes homens. Porém, esta insinuação não foi exclusiva das narrativas escritas por observadores europeus. Se atendemos aos fatos detalhados por Ibn Khaldun, quem é considerado o maior historiador do mundo muçulmano e que escreveu no século XII uma descrição das terras e dos povos da África, encontraremos uma série de estereótipos associados aos habitantes do continente africano:

Diz-se que, em sua maioria, os negros da primeira parte do mundo moram em cavernas e nas florestas, se alimentam de ervas, têm os hábitos dos bichos e não os dos homens, e são antropófagos. [...] Isso se deve ao fato de que, ao estarem afastados das regiões temperadas, se aproximam dos animais irracionais e se distanciam da humanidade por sua constituição e costumes. (Ibn Khaldun *apud* Costa e Silva, 2012)

Já no século XVI, desempenhando o ofício de cronista nas expedições empreendidas desde a província do Darién –atual Panamá— até o Perú, o extremenho Pedro Cieza de León se refere com grande espanto ao estendido costume entre os índios de comer carne humana:

Quiero antes que pase adelante, decir aquí una cosa bien extraña y de grande admiración. La segunda vez que volvimos por aquellos valles, quando la ciudad de Antiocha fue poblada en las sierras que están por encima de ellos, oí decir, que los señores y caciques de estos valles de Nore buscaban de las tierras de sus enemigos todas las mujeres que podían, las cuales traídas a sus casas, usaban con ellas como con las suyas propias, y si empuñan de ellos, los hijos que nacían los criaban como mucho regalo, hasta que tenían doce o trece años, y de esta edad estando bien gordos, los comían con gran sabor, sin mirar que eran su sustancia y carne propia, y de esta manera tenían mujeres para solamente engendrar hijos en ellas, para después comer, pecado mayor que todos los que ellos hacen. (Cieza de León, 2005)

Conforme o historiador Sílvio de Souza Correa (2008), desde Heródoto a antropofagia está relacionada aos povos chamados bárbaros, mas cabe a Plínio o Velho, a associação desta com o aspecto animalesco dos seus praticantes. A visão do “Outro” nas lentes de observadores europeus esteve por tanto, influenciada pela ideia bastante difundida, da antropofagia praticada pelos habitantes dos “Novos Mundos”. Porém, é preciso atentar para o fato mencionado pelo autor, da existência de um mercado editorial na Europa renascentista, que ávido por notícias exóticas, alimentava o interesse pelos relatos que destacassem a existência de comedores de gente em terras africanas e americanas.

O fascínio e o horror associados na visão de observadores europeus no momento de enunciar a alteridade que encontravam em solo africano e vários séculos depois, no continente americano, produziu imagens fantásticas e disformes que moldaram em boa medida, a concepção dos “Novos Mundos”. Sem desconsiderar o esforço que pesquisadores de diversas áreas têm dedicado à desconstrução de preconceitos e imagens pejorativas em torno da África e seus descendentes, como destaca o historiador Anderson Oliva (2010), é necessário apontar a persistência de visões etnocentristas que colocam africanos e índios americanos, em um patamar evolutivo inferior ao dos habitantes do continente europeu.

Desde a antiguidade, nos deparamos com barbárie e selvageria como características específicas do Outro que se diferenciava do entendimento que de si Mesmo possuía o grupo definidor. Se atendemos à caracterização feita pelos *helenos* dos *bárbaros*, poderemos perceber a diferenciação absoluta dos seus modos de vida em comparação com os seus próprios. Tal como é constatado pelo historiador alemão Reinhardt Koselleck (2006) *heleno e bárbaro* são conceitos que se excluem mutuamente e seus grupos de referência podem separar-se espacialmente. Desta maneira, a humanidade ficaria reduzida a dois tipos mutuamente excludentes com base em constantes naturais atribuídas aos grupos aos quais estes conceitos se referem.

As diferenças estabelecidas entre os seres humanos estariam contempladas, segundo Koselleck (2006), na elaboração de conceitos opostos assimétricos na medida em que constituem, delimitam e caracterizam unidades de ação política e social. Os conceitos opostos assimétricos quando aplicados, excluem a possibilidade de reconhecimento mútuo, sendo estas denominações usadas para o outro, decorrentes do conceito utilizado para si próprio, “que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade, pode ser equiparado a uma espoliação” (Koselleck, 2006). Ao se referir à identidade do grupo que nomeia, é um conceito positivo que perde esse carácter no mesmo momento em que contempla o grupo nomeado, sendo uma mera inversão semântica do elemento positivo. Nesta mesma medida, a relação de definição não é mútua: em quanto o Eu define o Outro como pura negação da sua autoimagem, o Outro não se reconhece naquela definição.

Reiterando a necessidade de conceder uma perspectiva histórica à semântica de formações conceituais que foram usadas por grupos humanos como instrumento de inferiorização e exclusão, o autor clama pelo questionamento do uso de termos do passado, em benefício do dinamismo dos movimentos históricos. Isto implica reconhecer o carácter duplo dos pares de conceitos antagónicos, ou seja, que da mesma forma que estes possuem uma eficácia política e estabelecem uma estrutura modelar para a análise de situações futuras, são fruto de uma experiência histórica específica e sua aplicação pode ser refutada pela história subsequente. No entanto, é possível identificar estruturas de argumentação assimétrica em diversas situações históricas revelando assim, o descompasso entre as palavras e os conceitos e confirmando ao mesmo tempo a elasticidade do vínculo existente entre os pares de conceitos antitéticos e a sua origem ou contexto concreto.

Neste sentido, do par de conceitos opostos assimétricos *heleno-bárbaro*, o segundo conserva até agora uma eficácia política, enquanto que o primeiro se mantém como conceito histórico sem nenhuma repercussão no nível político. *Bárbaro* se constitui assim, “em uma figura de linguagem preservada, no sentido de que o polo negativo do *bárbaro* ou da barbárie sempre se encontra disponível, por negação, para proteger a posição que se ocupa ou para alarga-la expansivamente” (Koselleck, 2006).

Arriscando um diálogo entre a definição de pares de conceitos assimétricos proposta pelo historiador Reinhardt Koselleck e o conceito de *figuração* concebido pelo sociólogo Norbert Elias como chave para compreender as diferenças interpostas entre o Eu e o Outro —seja no nível individual ou coletivo—, poderíamos pensar a relação do ocidente a respeito da África e da América, como o cenário predileto para a definição de grupos humanos por afinidade ou oposição, cuja identidade, tratando-se de um grupo estabelecido, seria salvaguardada através de mecanismos como a exclusão e estigmatização de um grupo marginalizado.

Para desenvolver este argumento será necessário definir a grandes traços o conceito de *figuração* cunhado por Norbert Elias, como uma composição na qual a interdependência entre as pessoas abrange tanto o nível individual quanto o nível coletivo. A *figuração* se refere a qualquer grupo humano e a interdependência de cada um dos seus membros; as formas específicas de interdependência unem aos homens reciprocamente, as tensões entre grupos humanos podem se explicar si entendemos a cada um deles como parte de uma *figuração* na qual a intensidade dos laços que unem a seus membros pode variar segundo o grau de tensões (Elias, 1982).

Com a expansão da presença europeia que teve lugar no século XVI em territórios dos continentes africano e americano, “oposições assimétricas” na visão do Koselleck ou, “figurações” com conotações fenotípicas nos termos de Norbert Elias foram correntes no momento de articular a diferença. A dimensão histórica é de novo chamada à tona, quando se coloca em questão o processo através do qual, aspectos como a cor da pele se tornaram marcadores da diferença estrutural entre grupos humanos<sup>1</sup>. Poderíamos, por tanto, localizar as origens da relação da raça com características corporais determinadas e do racismo como prática de classificação e hierarquização de grupos humanos, nos limites da modernidade como o espaço de emergência de ambos e a “descoberta” e o conhecimento de “Novos Mundos” pelos europeus como ponto de partida.

Assim, e contrariando a tese assumida por diversos historiadores e antropólogos que situa o surgimento do pensamento sobre a raça, as classificações raciais e a exclusão racial no ocaso do século XVIII, Maria Eugenia Cháves (2007) evoca a geração de um saber erudito em torno das

---

<sup>1</sup> Contudo, é necessário lembrar que as representações e os marcadores identitários acionados por africanos e americanos vão além da cor da pele. Segundo o historiador português José da Silva Horta, as categorias e signos identificativos no ocidente africano são em extremo complexos se transformando através do tempo e conforme os contextos de negociação com europeus e outros estrangeiros. Ver: Horta da Silva, J (2013), ““Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem. Guiné do Cabo Verde (Séculos XVI e XVII)”. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, n. 51, p. 649-675.

diferenças entre os seres humanos, no momento em que a expansão e a exploração colonial europeia se faz efetiva no continente americano, isto é, na transição do século XV para o século XVI. As relações de dominação se ancoraram no conhecimento erudito que fez da população americana e especialmente da africana, sujeitos inferiores em contraste com a definição que europeus tinham da sua própria identidade.

Segundo Norbert Elias, as relações entre estes dois grupos humanos estão cimentadas em situações de poder que nunca são as mesmas e variam em concordância com as conjunturas históricas. A partir de esta posição, se explicaria a exaltação de diferenças raciais e étnicas em função de legitimar a preeminência que gozam a respeito de um grupo determinado. Já na definição de Koselleck (2006), o carácter negativo que recobre o campo semântico que define o Outro predispõe o Eu a interpretar evidências empíricas como sinais que confirmam seus preconceitos; é claro que a cor preta, associada no imaginário europeu desde a Idade Média à maldade e a depravação humana, fosse a fonte de uma série de conotações pejorativas associadas aos homens de pele escura.

Em um jogo de espelhos, a construção da identidade do europeu branco se erige frente a presença do seu oposto, o negro que como tal, representa a desrazão, a animalidade, a feiura e a injustiça (Aparecida dos Santos, 2002). Em terras americanas, a exuberância da natureza descrita nos relatos de viajantes e cronistas era ofuscada pela bestialidade e barbárie dos seus habitantes. Qualificações pejorativas dos homens e mulheres naturais deste Novo Mundo, foram repetidas até a saciedade desde os primeiros relatos que foram escritos sobre estas paragens. Em 1495 Michele da Cuneo, integrante da segunda expedição de Cristóbal Colón às Antilhas, narra em uma carta as vicissitudes pelas que teve de passar e consigna suas impressões da terra e seus habitantes:

Mientras tanto, los hombres son pocos e ralos en un inmenso país; son “forte sodomiti”; hacen trabajar a las hembras (“li omini solo attendono a pescare e a mangiare”), y no valen gran cosa más que como esclavos: “per nostro aviso, non sono ómini da fática, et temono molto il freddo, né etiam hanno lunga vita”[...] hablan todos la misma lengua [...] y, como habia referido el doctor Chanca, “comen sucio”, o sea que devoran “ogni animali bruti e venenosi”, como ciertas gruesas serpientes [...] así como perros (“che non sono troppo boni”), culebras, lagartos, arañas, cangrejos, etc. (Da Cuneo apud Gerbi, 1992)

As imagens construídas pelos europeus de africanos e americanos, estiveram vinculadas a práticas e comportamentos que os colocavam nos limites do mundo civilizado. Com a expansão do comércio transatlântico e do tráfico de escravizados africanos, repressão e exclusão se acoplaram em território americano. As identidades concebidas a partir deste momento serão por tanto, subsidiárias do antagonismo entre civilização e barbárie que por sua vez estará vinculado ao antagonismo baseado na cor da pele.

O desenvolvimento do sistema colonial e do regime escravocrata no continente americano emerge como evidência de um complexo de relações entre estabelecidos e marginalizados, que se manifestavam através do controle efetivo que exerciam senhores sobre os negros escravizados. A discriminação baseada na cor da pele e a coisificação dos escravos foram comportamentos recorrentes que justificavam o maltrato, a escravização, e eram prova fidedigna da suposta superioridade moral e humana dos senhores. Por sua parte, a presunção de que os escravos revelavam sintomas de inferioridade humana, foi produto da estruturação do olhar europeu sobre os outros, excludente por sinal de tudo aquilo que se diferenciava de si mesmo (Marinho de Azevedo, 2004).

A imagem que o grupo marginalizado tem de si mesmo está condicionada pela *figuração* coletiva e nestas circunstâncias, o grupo inferior está absolutamente desarmado e fragilizado na luta pelo poder. De fato, a auto-imagem desonrosa dos marginalizados aprova o carisma e a superioridade dos estabelecidos. Neste contexto, a discriminação baseada em características

fenotípicas e subsequentemente em níveis mentais, se traduz como defesa ideológica das posições de poder. A estigmatização dos demais tem uma relação direta com fantasias ou imaginários do grupo estabelecido; a singularidade dos escravos como grupo humano se revelava na cor de sua pele, esta era a marca incontestável de sua inferioridade. Sendo assim, a segregação social dos marginalizados pelos estabelecidos se materializa: para o grupo estabelecido a constituição corporal coincide, tal como afirma o sociólogo Otto Haseloff (1961), com o caráter dificilmente reconhecível de sua personalidade e, por tanto, negativo. A defesa vigorosa de uma posição privilegiada justifica todo tipo de discriminação sustentando o caráter natural, hereditário e divino da posição marginalizada.

As teses sobre a inferioridade de americanos e africanos transitaram um longo caminho até se consolidarem em objetos de conhecimento científico. O século XVIII foi o marco de mudanças significativas no eixo do poder colonial o que comportou a enunciação de novos paradigmas de produção de conhecimento. As classificações que pretenderam dar conta das diferenças existentes entre os homens e que foram cunhadas sob parâmetros impostos pelo Renascimento espanhol já no século XVI, tomaram novas formas e nomes na escrita de filósofos e naturalistas do norte da Europa (Cháves, 2007), com o propósito de consolidar um sistema hierárquico de classificação racial que justificasse a intervenção em terras de homens bárbaros “sem lei, nem lei, nem rei”.

As empresas e expedições científicas que cortaram os territórios americano e africano a partir do final do século XVIII retomaram e deram coerência a uma série de imagens e preconceitos sobre a natureza e os habitantes destes dois continentes. Como bem lembra a historiadora Célia Marinho (2004), os discursos racistas que emergem nesta época, se alimentaram das narrativas de viajantes europeus que ocupavam novas terras e que junto aos filósofos do Iluminismo, consolidaram a imagem de negros bestiais próximos aos macacos e antípodas do homem europeu civilizado. Neste contexto, o termo “raça” empreende caminho em direção à sua conotação moderna a qual o vincula indefectivelmente com a cor da pele e claro, com a prática do racismo.

### **O artifício da raça**

São diversos os autores que ao reconhecer a historicidade do conceito de “raça”, ratificam a correspondência do surgimento do pensamento racial com a ampliação de presença europeia; para eles, o racismo se constituiu no pilar ideológico do desenvolvimento capitalista e a racialização das relações de poder “el más específico de los elementos del patrón mundial de poder capitalista eurocentrado y colonial/moderno” (Quijano, 2000). Porém, atendendo ao chamado dos antropólogos colombianos Julio Arias e Eduardo Restrepo, é necessário lembrar que as formas de inferiorização dos outros não se encontram exclusivamente atreladas a uma taxonomia racial: “La inferiorización de los otros, considerándolos incluso no humanos, no es articulada racialmente de forma inevitable, no supone necesariamente una taxonomía racial, sino que apunta a un fenómeno por lo demás bien extendido que la antropología ha denominado etnocentrismo.”(Arias & Restrepo, 2010).

Em função do reconhecimento da dimensão histórica e contingente da raça, o chamado é fugir do uso anacrônico do conceito. A consolidação de “raça” como ferramenta analítica comporta um processo de longa duração perante o qual, ela mesma teve de negociar os termos da sua própria existência. O anterior supõe diálogos com significados e processos que em situações históricas diversas, permitiram dita conceitualização. Nesse mesmo sentido, não pode ser esquecido o caráter instável da mesma; pensar a raça em termos monológicos significa ignorar o complexo de relações que a conformam. As definições de raça são sempre dialógicas e os diálogos estão articulados necessariamente pelas relações de poder.

Segundo a antropóloga peruana Marisol de la Cadena, entender hoje a “raça” como uma ferramenta de produção de diferenças e sujeitos diferentes, obriga a imaginar um longo percurso de sedimentações e tensões em espaços e temporalidades distintas:

La raza se realiza como concepto mediante diálogos y relaciones políticas entre quienes califican y quienes son calificados —y entre los primeros también están los últimos—. Como concepto político, una característica importante es que la raza adquiere vida “en traducción”, ocurre en relaciones cuyos significados coinciden parcialmente, pero cuyos excesos (las no coincidencias) aún cuando “estorben”, continúan en circulación. (De la Cadena, 2007)

A força do conceito de “raça” radica segundo a afirmação anterior, na sua capacidade de apropriação e adaptação de corpos, espaços e significados; ele navega através do tempo assumindo formas inusitadas e se reaviva na forma de instituições e sentimentos que lhe são anteriores. Para Célia Marinho (2004), a existência problemática da “raça” como ideologia não anula o seu poder de gerar fanatismo e se manter de “modo ainda mais intimidador”.

Historizar a categoria de raça significa então realizar uma série de distinções. Estas distinções vão desde o uso da palavra e o conceito —entendendo que classificações raciais podem ser feitas sem usar a palavra raça e que esta por sua vez pode não ter um viés conceitual—; à diferenciação da raça como fato social —fenômeno histórico contingente que varia no espaço e no tempo— da categoria analítica que a transforma em um instrumento teórico para dar conta de articulações raciais. (Arias & Restrepo, 2010)

Nesta tentativa, a relação que “raça” mantém com as “suas anterioridades” é fundamental para compreender seus significados atuais. Assim mesmo, é necessário libertar o conceito de “raça” de articulações específicas as quais a limitam a uma dimensão biológica ou cultural que desatendem o fato de que ambas as dimensões são histórica e culturalmente construídas. As Ciências Sociais em geral e a Antropologia em particular, têm se ocupado em analisar os efeitos produzidos pela Modernidade em quanto marco de desdobramento das categorias analíticas e conceituais através das quais elas mesmas se pensam e criam seus objetos de conhecimento.

Como já foi mencionado anteriormente, o surgimento da “raça” como categoria de classificação e categoria conceitual se situa no eixo da Modernidade como efeito da expansão colonial europeia que difundiu rótulos para hierarquizar gentes e lugares que encontravam fora do seu próprio continente. Essas hierarquias foram enunciadas dentro de “regímenes de verdade” ou “discursos expertos” —para utilizar os termos do Paul Gilroy—, que faziam eco de uma separação que seria fundamental para o pensamento moderno: a da Natureza e a Cultura.

As implicações da “raça” como categoria moderna podem ser mensuradas na medida em que se atente pra condição epistemológica de dita divisão. A constituição da modernidade segundo Bruno Latour, descansou na criação de dois regímenes que permitiram a secularização da vida e da produção do conhecimento; neste processo, foram concebidos artefatos “híbridos” que se encontravam na fronteira destes dois espaços, seguido da prática de purificação dos mesmos para situá-los na Natureza ou na Cultura. A “raça” como artefato “híbrido” ratifica que, da mesma maneira que ela foi inventada, a separação ontológica destes dois espaços comporta a mesma condição. (Latour, 1994)

A afirmação anterior aponta o equívoco de situar, ou melhor, definir a “raça” sob critérios estritamente biológicos ou culturais por duas razões. A primeira, e atendendo ao caráter “híbrido” concedido por Latour, é que “raça” é natureza tanto quanto cultura ao ser o homem —quem por sinal é natureza e cultura ao mesmo tempo—, seu objeto e sujeito de conhecimento (de la Cadena, 2007). A segunda, é que a biologia —ou a natureza— como a cultura, são criações que se concretizam através de práticas sociais dentro de um espaço e um tempo determinados.

Por outro lado, a conceitualização moderna de “raça” comporta ao mesmo tempo uma clara demarcação entre a dimensão física do homem e uma instância metafísica ou espiritual que juntas, concedem a singularidade da condição humana. A “raça” por tanto, se torna dependente de dita divisão para mais tarde enfatizar no seu vínculo, o qual por sua vez se concentrara na constituição física como definidora do carácter moral o imaterial dos homens.

A criação de categorias e rótulos baseadas em rasgos físicos, esteve então determinada por “saberes expertos” que como a Biologia, foram privilegiados e validados na produção de conhecimento. (Arias & Restrepo, 2010) As transformações políticas e econômicas que sacudiram Europa durante o século XVIII e a mudança paradigmática que o projeto ilustrado significou no nível ideológico, criaram as condições para a emergência de padrões epistemológicos que através das disciplinas científicas, constituíram um novo olhar sobre a natureza e o homem. O avanço das empresas coloniais nas regiões da América e do continente africano, desafiou os sistemas de classificação existentes obrigando ao desenho de ferramentas que auxiliassem na interpretação e análises das diferenças da flora, da fauna, da geografia e claro, da diversidade entre os seres humanos. (Galvis, 2013)

Esta série de mudanças paradigmáticas estabeleceram o marco dentro do qual a Ciência alcançaria o status de conhecimento legítimo; a análise das diferenças existentes entre pessoas, animais e plantas de diversos lugares do planeta estará vinculado desde então, a uma série de práticas delimitada por um método científico que estabelece a possibilidade do uso de instrumentos e categorias que orientaram o exame das características biológicas e/ou culturais que determinaram estas diferenças.

O processo que levou à consolidação de uma ciência moderna lidou com a existência de uma série de imagens sobre América e África, fruto de descrições de missionários, funcionários coloniais, viajantes e comerciantes que trás seu passo por estas terras, confeccionaram um imaginário específico sobre estes continentes e seus habitantes. Estas representações foram cedendo espaço a um conjunto de explicações herdeiras do discurso ilustrado que reproduziam preconceitos existentes, respaldados agora por predicados científicos e argumentos eruditos. Em meio desta conjuntura se abrem caminho as teses sobre a inferioridade americana e ressurgem antigos estereótipos negativos acerca dos habitantes do continente africano.

Com roupagem científica, imagens deturpadas e profundamente depreciativas ganharam forma nos escritos de naturalistas e filósofos que como Buffon e o abade Corneille De Pauw, caracterizaram a América como um continente “débil”, “imaturado” e “degenerado” (Gerbi, 1982). Em um renovado esforço por representar a diferença respeito da sua própria identidade, Europa, na visão de alguns dos seus intelectuais, outorgara um rótulo pueril ao continente americano e a suas gentes. No tamanho da sua fauna, no malsão do seu clima, no imberbe dos seus nativos e na sua instabilidade geológica, América revelava os sintomas da sua infantilidade.

Neste mesmo sentido, as condições que caracterizaram o “Novo Mundo” fixaram por sua vez os limites do desenvolvimento dos seus habitantes sentenciando-os à degeneração e à impossibilidade de alcançar a civilização. Nas afirmações de De Pauw, os americanos são:

bestias, o poco más que bestias, que ‘odian las leyes de la sociedad y los frenos de la educación’, viven cada uno por su cuenta, sin ayudarse los unos a los otros, en un estado de indolencia, de inercia, de completo envilecimiento. El salvaje no sabe que tiene que sacrificar una parte de su libertad para cultivar su genio ‘et sans cette culture il n’est rien. (De Pauw apud Gerbi, 1982)

A natureza americana por tanto, não só era imperfeita como degenerada e decadente. Em relação à África, o pensamento científico europeu insistia na inferioridade biológica, espiritual, moral e material dos seres humanos que ali habitavam. Segundo o historiador Anderson Oliva, a proximidade do homem africano com o macaco encarnava a prova irrefutável da sua incapacidade de evolução. A “descoberta” de algumas sociedades africanas como os Pigmeus, Hotentotes ou Bosquímanos sentou as bases para que o conhecimento científico pudesse afirmar a existência do chamado “elo perdido” da humanidade, fato que estabeleceria definitivamente, a ligação evolutiva entre os símios e os homens. (Oliva, 2010)

As imagens depreciativas que sobre a África se teceram dentro da tradição multissecular de pensamento europeu, conviveram com postulados revestidos de certo rigor científico próprios



do momento em que se pretendia constituir um régime específico de conhecimento. No entanto, a consolidação da prática científica durante os séculos XVIII e XIX supôs um processo de coprodução de conhecimento que não só levava em consideração categorias e conceitos próprios do imaginário europeu, como também reflexões compostas em terras americanas e africanas. As identidades e imagens associadas à natureza e aos habitantes destes continentes foram produto do diálogo, por vezes tenso e díspar, entre o olhar que os europeus lançaram sobre os Outros e a visão que esses Outros construíram sobre Si.

De acordo com o antropólogo Santiago Galvis (2013), uma conjunção especial de interesses inéditos desenhou o marco para a profusão de teses e reflexões em torno das particularidades da América no próprio solo. Segundo o autor, as possibilidades abertas pelo desenvolvimento do capitalismo mercantil, a consolidação de comunidades nacionais e a legítima curiosidade dos científicos locais configuraram o panorama de enunciações autóctones sobre sua terra e os seus conterrâneos. A descrição e sistematização da informação obtida respeito da flora, a fauna e os habitantes do continente americano, foi elaborada nos cânones dispostos pelas novas disciplinas científicas por intelectuais membros das elites ilustradas no “Novo Mundo”.

As demandas que significou a transição do poder colonial ao das elites *criollas* no início do século XIX na América, colocaram em marcha uma série de mudanças nas formas de organização e classificação dos recursos e as populações existentes; a expansão do capital atrelada aos interesses de ordem política lançaram mão dos métodos e as interpretações formulados pela Ciência Moderna que além de permitir a codificação do mundo natural, garantira a permanência de uma ordem diferenciada e hierárquica dos elementos nele existentes. A formação de uma elite intelectual que desse conta dos padrões de produção de conhecimento científico dentro do novo régime epistemológico se correspondeu com os interesses económicos e políticos que almejavam a imposição de uma ordem social e natural hegemônica.

### **Considerações finais**

Da conjunção de classificações nascidas no seio do Renascimento espanhol do século XVI que proclamavam a inferioridade de negros africanos e índios americanos; das ideias sobre a imaturidade, a degeneração e a decadência da natureza e dos habitantes do continente americano expostas nos escritos de naturalistas e filósofos como Buffon e o abade Corneille De Pauw, e da crença generalizada na influência determinante do clima sobre os seres vivos, surgem e se renovam concepções preconceituosas em torno do africano e do seu aporte à formação populacional americana.

Estas concepções imagéticas estiveram definidas em boa medida, pela influência de relatos de viagens que promoveram estereótipos pejorativos frequentemente associados ao continente africano e os seus habitantes. No percurso destas narrativas, é possível verificar como a apropriação de categorias que durante séculos circularam no imaginário ocidental e foram usadas na demarcação e na definição da alteridade, contribui de forma taxativa com a difusão e permanência de referências etnocêntricas para distanciar o Outro do entendimento que tem de si Mesmo o grupo definidor. Nos deparamos por tanto, com apreciações pejorativas sobre a natureza africana e seus habitantes que depois de transitar um longo caminho no pensamento filosófico ocidental, se renovam ao encontro das terras americanas. Viagens de exploração e expedições científicas por estas paragens não fazem mais que dar coerência a preconceitos que ratificam a existência de sistemas de classificação e hierarquias raciais justificando por sua vez, a intervenção dos homens civilizados.

### Referências bibliográficas

- Aparecida dos Santos, G. (2002). Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e imagens sobre uma gente de cor preta. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n. 2, 275-289.
- Arias Vanegas, J. & Restrepo, E. (2010). Historizando raza: propuestas conceptuales y metodológicas. *Crítica y Emancipación*, (3), 45-64.
- Chávez, M. E. (2007). Color, inferioridade y esclavización: la invención de la diferencia en los discursos de la colonialidad temprana. In: BARCELOS, L. C., MOSQUERA, C. (Org.) *Afroreparaciones: Memorias de la esclavitud y justicia reparatoria para negros, afrocolombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 73-92.
- Corrêa, S. M. S. (2008). A antropofagia na África equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Afro-Asia*, Salvador de Bahia, n. 37, 9-41.
- Costa e Silva, A. (2012). *Imagens da África (da Antiguidade ao século XIX)*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras.
- Cieza de León, (2005). *Crónica del Perú. El señorío de los Incas*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- De la Cadena, M. (org.) (2007). *Formaciones de indianidad. Articulaciones raciales, mestizaje y nación en América Latina*. Popayán: Envió.
- Elias, N. (1982). *Sociología fundamental*. Barcelona: Gedisa.
- Elias, N. (1998). Ensayo teórico sobre las relaciones entre establecidos y marginados. En *La civilización de los padres y otros ensayos*. Santafé de Bogotá: Norma, 79-138.
- Escobar, A. (2003). 'Mundos y conocimientos de otro modo' El programa de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, 51-86.
- Galvis Villamizar, S. (2013). *Examinado la Nación. Descripciones científicas del territorio y las poblaciones colombianas en el siglo XIX*. Tese (Doutorado em Antropologia) –Programa de Antropologia, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Gerbi, A. (1982). *La disputa del Nuevo Mundo. Historia de una polémica 1750-1900*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Gerbi, A. (1992). *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Haseloff, O. W. (1961). Las doctrinas raciales y de la herencia desde el punto de vista de la sociología del saber. *ECO Revista de la Cultura de Occidente*, Bogotá, Tomo III/5, 472-486.
- Horta da Silva, J. (2013). “Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem. Guiné do Cabo Verde (Séculos XVI e XVII). *Vária História*, Belo Horizonte, 29(51), 649-675.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- López Fernández, M. (2009). El concepto de anomia en Durkheim y las aportaciones teóricas posteriores. *Iberofórum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana*, México, año IV, n. 8, 130-147.
- Marinho de Azevedo, C. M. (2004). *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume.
- Oliva, A. R. (2010). *Reflexos da África. Ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos de caso no Brasil e em Portugal*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- Quijano, A. (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of World-System Research*, Vol. VI, n. 2.